



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **3001221-64.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **TC - 166/2013 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor do Fato: **Cicero Francisco dos Santos**
 Data da Audiência: **20/11/2013**

Aos 20 de novembro de 2013, às 14,00 horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DOUTOR CLÁUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal desta comarca, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de FALTA DE HABILITAÇÃO, verificou-se a presença do doutor MARCELO BUFFULIN MIZUNO, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato, Cicero Francisco dos Santos, acompanhado do defensor DR. DAVID PIRES DA SILVA. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 c.c. arts. 44 e 45, parágrafos 1º e 2º, do Código Penal, e estando presentes os requisitos legais, propõe ao(a)s autor(a)s do fato a pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária consistente na doação de uma cesta básica no valor de **R\$ 339,00**, a ser destinada para a entidade de escolha do(a)s autor(a)s, tratando-se da instituição **ASILO HELENA DORNFELD - RUA VENEZUELA, Nº 101, (FONE: 3416-1567), VILA BRASÍLIA - SÃO CARLOS-SP,** com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, importará em execução judicial. Pelo(a)s autor(a)s da infração e o(a)s defensor(a)s foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a Cicero Francisco dos Santos e considerando que o Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)s acusado(a)s, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)s infrator(a)s Cicero Francisco dos Santos, a pena acima especificada, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o Ministério Público, o(a)s autor(a)es do fato e o(a)s Defensor(a)es, desistiram do prazo de recurso. O(a)s autor(a)s do fato saiu citado(a)s para cumprir a pena no prazo de dez dias a contar desta data. Caso não seja quitada a transação, o feito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

seguirá o seu curso, com o oferecimento de denúncia. Registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Emerson Evandro Conti, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Defensor:

Autor do fato: